

Nos Bastidores da Conspiração
Espanha, Alemanha e a República Portuguesa:
1916 – 1917

Luís Alves de Fraga

Resumo

Depois de se oferecer uma visão panorâmica sobre a posição de Portugal perante a eclosão da Grande Guerra e das diferentes cambiantes que se formaram à volta da possibilidade de o país vir a ser beligerante ou não, analisa-se com maior carga de pormenores a oposição monárquica à República, em particular aquela que encontrou forte apoio em Espanha no ano de 1917. Levanta-se, também, a questão do “perigo alemão” que se vem acrescentar ao “perigo espanhol” para, depois, se perceber o golpe militar de Sidónio Pais e a envolvimento de diversos interesses na queda da corrente política que, em Portugal, apoiava a beligerância.

De todo estudo e do relato dos factos sobressaem dúvidas que parecem legítimas e que se podem colocar sob a forma de perguntas. Dúvidas e perguntas cujas respostas são, ao mesmo tempo, conclusões – pelo menos, provisórias – desta reflexão sobre a conspiração monárquica, desenvolvida durante os anos de 1916 e 1917, contra a República portuguesa.

Nos Bastidores da Conspiração
Espanha, Alemanha e a República Portuguesa:
1916 – 1917

Luís Alves de Fraga¹

Introdução

A Grande Guerra, entre 1914 e 1918, foi marcante para a política portuguesa não só no período em causa, mas, também, durante os anos que se lhe seguiram até ao golpe militar e ditatorial de 28 de Maio de 1926. O conflito iniciado na Europa, em Agosto de 1914, interligou-se, por razões várias, com a conjuntura nacional portuguesa, que era instável, devido à recente proclamação da República. De facto, o novo regime, por motivos de natureza vária, aos quais não foi alheio o radicalismo de princípios de alguns dos seus mentores, gerou um clima de contra-revolução, quase se poderia dizer, no dia seguinte à vitória dos republicanos.

Não nos vamos ocupar do estudo dos pormenores que marcaram a luta contra-revolucionária – entendida esta enquanto guerrilha desenvolvida por todos aqueles que se opunham à República – na fase anterior à declaração de guerra da Alemanha a Portugal, porque, julgamos, foi a situação de beligerância que determinou surgirem mais claros certos entendimentos de carácter internacional capazes de colocarem em risco a independência portuguesa. Assim, o objectivo desta comunicação é descrever parte da teia conspiratória monárquica, tecida nos anos de 1916 e 1917, bem como os apoios político-diplomáticos concedidos pela Espanha e Alemanha aos adeptos da Monarquia, ao mesmo tempo que se analisa a influência britânica sobre Sidónio Pais.

Para alcançarmos o nosso desiderato, vamos começar por descrever a razão da beligerância portuguesa na perspectiva da política externa então praticada. Depois, e só para que sejam perceptíveis os motivos do antagonismo entre republicanos e monárquicos, recuaremos, no tempo, até às mais estruturais fracturas políticas que o novo regime provocou no seio da sociedade portuguesa, as quais foram, desde os primeiros meses após a proclamação da República, exploradas pelos inconsoláveis defensores da Monarquia. De seguida, ir-nos-emos fixar na compreensão do ambiente conspiratório entre os

¹ Universidade Autónoma de Lisboa.

monárquicos exilados em Espanha, em 1917, procurando perceber o tipo de entendimentos que estabeleciam com agentes alemães fixados no país vizinho e com as autoridades espanholas; ao mesmo tempo, daremos especial atenção ao desenrolar da conspiração realista em Portugal nas vésperas da revolução sidonista. Depois, debruçar-nos-emos sobre a conspiração sidonista de modo a estabelecer as possíveis correlações entre esta e a contra-revolução realista, tentando esclarecer aquilo que ainda não se sabe, mas se pode aceitar, sobre os admissíveis entendimentos de Sidónio Pais com todos os que, de todas as formas, conspiravam contra o Governo de Afonso Costa e contra a beligerância nacional. Passaremos, de seguida, à fase conclusiva da nossa comunicação, na qual exporemos as dúvidas que relevam da análise anterior e que, de momento, ainda não encontraram resposta cabal nos acervos documentais conhecidos.

1. A beligerância na perspectiva da política externa

A possibilidade de ocorrer um conflito militar na Europa, no início da segunda década do século XX, era conhecida e esperada por quase todos os Estados e governantes do continente². As tensões internacionais eram indicadoras de um clima de crispação que a corrida aos armamentos acentuava. Todavia, em consequência das experiências recentes, julgava-se que, a haver guerra, ela seria de curta duração e que os desentendimentos latentes se resolveriam em poucos meses³. Não se imaginava um conflito longo e muitíssimo mortífero. Também se acreditava, de acordo com a prática anterior, que a paz seria discutida numa conferência entre os vencedores, na qual se procurassem obter as devidas compensações à custa dos vencidos ou dos neutros que não apresentassem uma voz activa nesse encontro de reordenamentos políticos.

Em Portugal sabia-se dos acordos secretos que Londres e Berlim haviam estabelecido para partilha das colónias nacionais, no final do século XIX. Sabia-se que a contenção do programa de crescimento naval germânico tinha sido discutida com base na divisão das mais ricas colónias portuguesas entre a Grã-Bretanha e a Alemanha⁴. Só se havia evitado o esbulho, porque a França, em jogada de antecipação à Inglaterra, fizera o

² Afonso Costa, com bastante clarividência tinha anunciado, em 1912, a possibilidade do conflito na Europa. Cf. Afonso Costa – *Discurso Proferido Pelo Notável Estadista Dr. Afonso Costa Por Ocasão da Sua Jornada a Santarém, no Dia 3 de Novembro de 1912*. Aveiro: Tipografia Silva, 1912.

Cf. Dominique Venner – *O Século de 1914: Utopias, Guerras e Revoluções na Europa do Século XX*. Porto: Civilização Editora, 2009, p. 82-86.

³ Idem, *Op. cit.* p. 80-81.

⁴ José de Almada – *Convenções Anglo-Alemãs Relativas às Colónias Portuguesas*. Lisboa: Edições do Estado-Maior do Exército, 1946, p. 77-78.

empréstimo financeiro de que Lisboa carecia e porque a guerra anglo-bóer criou a necessidade de utilização militar do porto de Lourenço Marques – hoje Maputo – sem que, no entanto, Lisboa declarasse o estado de guerra nem o estado de neutralidade. Nesta conformidade, desconfiava-se das intenções do Governo britânico que, a qualquer momento, para benefício nacional, poderia usar o património ultramarino português como compensação para alcançar os seus objectivos.

Os círculos políticos portugueses não estavam em verdadeira consonância no que tocava à posição a tomar perante um conflito militar na Europa e, no dia 1 de Agosto de 1914, o Governo de Lisboa, presidido por Bernardino Machado, viu-se confrontado com a dúvida, pois ligava-o à Grã-Bretanha a velha aliança, à sombra da qual se acoitou a República em face das recentes ameaças da audaciosa e monárquica Espanha. Só Londres poderia ditar, no imediato, a atitude internacional portuguesa, já que a aliança impunha o auxílio militar à Grã-Bretanha se esta o solicitasse.

A consulta ao Governo britânico foi mais do que precipitada, pois nem ainda este tivera oportunidade de definir o seu próprio estatuto perante o conflito, e já Portugal inquiria o que fazer⁵. Londres, num primeiro momento, aconselhou tranquilidade, mas, numa segunda abordagem da questão, apresentou um estranho pedido a Lisboa.

1.1. O pedido da Grã-Bretanha

Com efeito, o Governo britânico, consciente da importância estratégica de muitas das parcelas territoriais portuguesas, não podia prescindir do apoio do seu velho aliado, mas não via, no imediato, conveniência em arrastá-lo para a guerra, tanto mais que se sabia da simpatia da Espanha pela Alemanha e do interesse desta em ver aquela envolvida no conflito, pois, desse modo, abria, a sul, uma frente contra a França. Sabia-se, também, das promessas de devolução de Gibraltar à Espanha e, até, de uma desejada anexação de Portugal por Madrid.

O *Foreign Office* optou por repetir uma situação diplomática que já tinha resultado no final do século XIX, aquando da guerra anglo-bóer: solicitar que Lisboa não se declarasse neutral, mas que também não se declarasse beligerante⁶. Do ponto de vista da consecução dos interesses nacionais britânicos esta era uma solução magnífica, pois

⁵ Cf. Ministério dos Negócios Estrangeiros – *Documentos Apresentados ao Congresso da República em 1920 Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros – Portugal no Conflito Europeu – 1.ª Parte – Negociações Até à Declaração de Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920, p. 3.

⁶ Cf. Idem, *Op. cit.* p.7.

poderia contar com todos os apoios de Portugal – já que, não sendo neutral o seu aliado, não estava obrigado ao cumprimento desse estatuto na relação com a Grã-Bretanha – sem o inconveniente de ter de suportar a defesa dos interesses soberanos do Governo de Lisboa, porque Portugal não era beligerante. Evitava, deste modo, a definição pró-germânica da Espanha, que poderia ficar neutral, e não tinha de custear encargos bélicos exigidos pelos Portugueses como consequência do cumprimento de uma cláusula da aliança anglo-lusa.

O pedido britânico traduzia, em toda a sua plenitude, a postura inglesa na relação com Portugal: supremacia dos interesses do Reino Unido com claro menosprezo pela situação portuguesa. Portugal era, desde há muito, um *apêndice* da coroa inglesa pelo interesse de uso que Londres extraía de certos territórios considerados estratégicos para a defesa militar e, acima de tudo, económica do seu vasto império. Não se deverá esquecer o despacho que Winston Churchill lançou sobre um memorando, quando era *Lord* do Almirantado, em 1912, aceitando que Portugal pudesse ser *entregue* à Espanha desde que esta concedesse as mesmas facilidades estratégicas que Lisboa vinha dando à Inglaterra, especialmente nos arquipélagos atlânticos⁷.

O Governo Bernardino Machado, formado na sequência da queda do Governo Afonso Costa, tentava equilibrar as forças políticas republicanas que, já então, estavam desavindas como resultado da interpretação que cada uma fazia da condução dos negócios da República. Os três partidos – *Democrático*, *Evolucionista* e *Unionista*⁸ – possuíam sensibilidades distintas, as quais iam do radicalismo ao conservadorismo republicano. Brito Camacho, na sua postura conservadora, chegou, por vezes, a estar muito próximo de pontos de vista defendidos ou propugnados pelos monárquicos descontentes, facto que fez dele, e do seu partido, a ponte mais viável para os entendimentos reaccionários que se verificaram até à ascensão de Sidónio Pais às cadeiras do Poder.

Chefiando um Governo de *equilíbrio*, Bernardino Machado aceitou o pedido britânico sem grande relutância, na medida em que constituía uma forma de servir os desejos da Grã-Bretanha evitando, no imediato, grandes incómodos para Portugal. Mas o que representava, realmente, a *solução* inglesa para a condução da política externa portuguesa? Já não se tratava de uma guerra em África, ainda que empolgando a Europa;

⁷ John Vincent-Smith – *As Relações Políticas Luso-Britânicas: 1910-1916*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975, p. 43.

⁸ O líder de cada um deles era, pela ordem indicada, Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho. Para se avaliar da posição que optaram perante o pedido britânico e a subsequente declaração parlamentar do Governo Bernardino Machado, veja-se Damião Peres – *História de Portugal*, supl. Porto: Portucalense Editora, 1954, p. 53.

tratava-se de um conflito que estava a arrastar para a luta as maiores potências do velho continente. Aos olhos das chancelarias europeias, Portugal ficava numa situação de completa ambiguidade: para uns, seria neutral; para outros, poderia ser beligerante sem empregar forças militares na frente de combate. No final da guerra – que, repetimos, se julgava que iria ser rápida – quando se chegasse ao apuramento de responsabilidades e à partilha dos despojos, Lisboa não teria assento na conferência da paz. A ambiguidade poderia trazer-lhe mais dissabores do que vantagens, e não era despicienda, quer saísse vitoriosa a Alemanha e os seus aliados ou vitoriosa a França e os seus aliados, a questão de Portugal ter duas grandes colónias africanas com fronteiras contíguas a colónias germânicas. Acrescia que, fosse quem fosse o vencedor, dois males se perfilavam no horizonte de um Portugal ambíguo: a possibilidade de uma anexação pela Espanha e a hipótese de um franco apoio à restauração da Monarquia. O estatuto proposto por Londres a Lisboa servia, como se disse, a situação imediata do país, mas não se apresentava como solução no médio ou longo prazo, por, na verdade, não representar o interesse nacional português, mas o interesse britânico.

1.2. As posições adoptadas nos meios políticos: da neutralidade à beligerância

No leque dos partidos políticos republicanos a guerra foi olhada e sentida, logo no começo, em Agosto de 1914, de maneiras diversas. Os conservadores de Brito Camacho e os simpatizantes do independente Machado Santos, sem negar a aliança luso-britânica e as obrigações por ela impostas, viam a oportunidade para praticar uma neutralidade levada a extremos que não envolvesse Portugal no conflito. Aceitavam como imperativo a necessidade de reforçar os dispositivos de defesa nos territórios africanos contíguos às colónias alemãs, principalmente, como consequência e garante da neutralidade. Em caso extremo, e face à absoluta necessidade de envolvimento na guerra, consentiam em desenvolver operações militares de defesa nas colónias e nada mais do que isso. Esta perspectiva fundamentava-se em vários pontos, dos quais ressaltamos aqueles que nos parecem mais sustentáveis: a falta de preparação do Exército para tomar parte numa guerra moderna, a desmotivação dos Portugueses para combaterem por uma causa que os não afectava directamente e a crença de que a Grã-Bretanha defenderia, em todas as circunstâncias, a integridade e soberania nacionais. Tratava-se da adaptação de uma visão que convinha aos Portugueses para lhes evitar um confronto ou um choque com a modernidade que a própria guerra impunha, por um lado, e, por outro, uma declarada credulidade política em face da Inglaterra a qual, pelo menos, desde que se tornou numa

potência imperial, sempre praticou uma política realista não poupando os interesses de Portugal quando eles colidiam com os seus próprios objectivos⁹.

Numa posição de meio-termo ficavam os evolucionistas, de António José de Almeida, pois, concordando com a vantagem de uma neutralidade que facilitasse a actividade bélica dos Ingleses, não lhes repugnava a entrada no conflito em África e, até mesmo, na Europa. Contudo, impunham uma condição muito clara: tinha de ser a Grã-Bretanha a solicitar formalmente o apoio de Portugal. Esta postura condicionou, entre Agosto de 1914 e Fevereiro de 1916, as atitudes políticas que os evolucionistas adoptaram no quadro da política interna, muito especialmente aquando da chamada ditadura de Pimenta de Castro, colocando-os numa posição destacada em relação aos *democráticos*, mas, de certo modo, próxima da dos adeptos de Brito Camacho.

No extremo oposto do leque republicano estava o *partido democrático*, chefiado por Afonso Costa que, indiscutivelmente, defendia a beligerância nacional, desde a primeira hora, no teatro de guerra europeu, independentemente de se terem de desenvolver operações militares nas colónias de Angola e de Moçambique. A compreensão da atitude dos *democráticos* passa por perceber que este grupo era, de entre todos os republicanos, aquele que buscava com maior empenho uma modernidade europeia da qual os Portugueses estavam ainda distantes e só realizável através de um envolvimento mais profundo com a problemática política de além-Pirenéus. Por outro lado, tinham uma clara percepção do conflito histórico entre os interesses nacionais portugueses e ingleses e da necessidade de levar Portugal a abandonar a atitude de protectorado da Grã-Bretanha sem, contudo, quebrar os laços da aliança que obrigava Londres a preservar a integridade territorial e a soberania portuguesas. Acresce ainda uma outra razão: a percepção de que era no teatro de guerra europeu que se decidia a guerra e não em teatros periféricos e, por conseguinte, era a participação no conflito na Europa que se tornava determinante na futura conferência da paz, pois o resto seria meramente complementar. Não se deve descartar a hipótese de os *democráticos* terem visto na beligerância a possibilidade de um reconhecimento mais formal e mais garantido do regime republicano numa Europa essencialmente monárquica, assegurando, deste modo, a consolidação da República contra todas as ameaças concretas ou potenciais dos conspiradores monárquicos que encontravam

⁹ Para se não utilizar o estafado argumento do ultimato de 1890, basta recordar a postura britânica em relação ao tráfico negreiro nos anos que se seguiram ao Congresso de Viena e, mais recentemente, os ataques à forma como se contratavam trabalhadores para as plantações de cacau de S. Tomé. Veja-se José Calvet de Magalhães – *Breve História Diplomática de Portugal*. 2.^a ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990, p. 138-140 e 161-1172.

simpatias junto das coroas espanhola, britânica, austríaca e alemã. Não nos repugna aceitar que o interesse nacional português passava pela beligerância tal como a propugnava o *partido democrático*: uma beligerância que “amarrava” as mãos da Grã-Bretanha e lhe limitava a capacidade de negociação livre sobre Portugal e o que era português.

Para além dos partidos republicanos estavam os socialistas, que tinham uma exígua representação parlamentar, para os quais a guerra era, em si mesma, um flagelo que se deveria evitar a todo o custo, fazendo-os cair numa posição de aparente aceitação da mais completa neutralidade. Verdade seja que o peso deste partido no cômputo da opinião nacional era muito reduzido e desorganizado, polarizando-se, regionalmente, à volta da cidade do Porto e da Covilhã, então um centro fabril de lanifícios.

Mais importante do que a do partido socialista era a opinião dos sindicatos de trabalhadores e da União Operária Nacional, criada em Março de 1914. De facto, aqueles e esta começavam a orientar a sua acção de acordo com os princípios do sindicalismo revolucionário ou anarquista, que, durante os dois anos seguintes, se manifestou em pleno contra a guerra, aceitando fazer alianças com todas as forças – incluindo as monárquicas e estrangeiras se necessário fosse – que, de alguma forma, se opusessem ao *partido democrático* e à sua estratégia belicista.

Fora do arco republicano ficavam os monárquicos e os católicos. Para além da oposição ao recente regime implantado e proclamado em Portugal, os monárquicos, estando divididos entre si, acreditavam ou nas possibilidades de a Grã-Bretanha reconduzir no trono, logo após a guerra, o jovem deposto rei, ou na possibilidade de ser a Alemanha, quiçá a Espanha, a auxiliar na restauração da Monarquia em Portugal. A confusão era total, em 1914 e foi-se ligeiramente alterando nos anos que se seguiram, sem, todavia, se clarificar muito mais, para além do que deixamos dito.

Sobre os católicos não há ainda estudos suficientes que nos autorizem a tirar mais conclusões do que a de, geralmente, acompanharem as posições dos monárquicos sem, contudo, se envolverem, enquanto grupo político, em conspirações declaradamente apoiadas pela hierarquia da Igreja Romana. Sabe-se que muitos clérigos do Norte de Portugal eram profundos adeptos da conspiração monárquica, mas isso, só por si, não comprometia todos os católicos e não nos pode levar a juízos políticos sobre estes. Quanto à participação na guerra, pouco se sabe, para além do que mais tarde manifestaram, já

próximo do envio de tropas para França: não eram, institucionalmente, contra a beligerância¹⁰.

Porque vai ser dos monárquicos que nos vamos ocupar mais longamente neste trabalho, valerá a pena debruçarmo-nos um pouco sobre o comportamento da República e dos realistas, para se poder compreender como, entre 1916 e 1917, estes optaram por conspirar contra aquela em associação com forças estrangeiras.

2. A República e a reacção monárquica

Em Portugal, os republicanos pertenciam, na sua grande maioria, à pequena burguesia urbana, especialmente de Lisboa, Porto e Coimbra, embora os houvesse espalhados por todo o país, ao contrário do que certa historiografia pretende fazer crer. Realmente, a República não foi *proclamada pelo telégrafo*, mas por ele foi confirmada a partir de Lisboa. Quer isto dizer que a Monarquia não tinha adeptos ao nível popular? Tinha. A Monarquia encontrava adeptos entre as camadas menos esclarecidas da população e, muito particularmente, entre aquelas que estavam, por ignorância, sujeitas à obscurantista influência política e cultural do baixo clero da Igreja Católica. É conveniente recordar que, a par de um índice de analfabetismo da ordem dos 75%, o trono e o altar andavam, há muito, de braço dado, apoiando-se mutuamente.

2.1. A Lei da Separação das Igrejas do Estado e a aliança da reacção

O acto republicano que mais terá servido para unir a reacção anti-republicana foi a promulgação da Lei da Separação das Igrejas do Estado, permitindo o exercício do controlo do Poder civil sobre a Igreja Católica Apostólica Romana.

A acção política, aparentemente radical, já tinha o seu esteio na propaganda anticlerical que o Partido Republicano Português (PRP) vinha fazendo muito anteriormente à aclamação da República. Era estrategicamente necessário abater o poder do clero católico e a sua influência junto das populações ignaras de modo a abrir a possibilidade à aceitação da tão desejada modernidade que a República pretendia para a nação portuguesa¹¹. Deixar intacto esse poder era alimentar a contra-revolução nos meios rurais e, até mesmo, em alguns meios urbanos mais conservadores, nomeadamente os do Norte. O PRP desejava

¹⁰ Sobre as diferentes posições dos diferentes agrupamentos políticos, dos monárquicos aos republicanos veja-se, da nossa autoria, *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*. Lisboa: Universitária Editora, 2001, p. 77-89.

¹¹ Cf. Luís Alves de Fraga – *Portugal na Grande Guerra – Uma Mudança Estratégica?* Coimbra: Separata da Revista de História das Ideias, Vol. 27, Faculdade de Letras, 2006, especialmente p. 330-336.

ver a influência do padre substituída pela do professor primário e pela do regedor da freguesia; cada um exerceria o seu múnus de maneira diversa, mas complementar, dado que, cabendo ao primeiro a função de instruir nas letras, nas contas e no civismo, ao segundo pertencia o dever de chamar os cidadãos ao redil da República para exercerem os seus direitos democráticos quando os soubessem usar sem tutelas. Do ideal à prática foi, todavia, uma distância enorme, porque o partidarismo monárquico havia assentado a sua influência numa tremenda cadeia de caciques locais que, a mando dos chefes residentes na capital, movimentavam a ignorância política do povo provinciano de modo a darem o seu voto ao partido que mais convinha no momento. Esta cadeia de transmissão não foi quebrada pela simples proclamação da República. Ela passou a servir, depois de 5 de Outubro de 1910, especialmente no norte do país, para acicatar ódios contra os republicanos que, de um instante para o outro, haviam substituído o papel do pároco pelo do regedor. A aliança entre o trono e o altar manteve-se intacta ao mais baixo nível das populações mais alienadas pela religião. Foi com essa aliança e com o aparelho político dominado pelos caciques realistas que os monárquicos inconformados com a República contaram para desenvolver a contra-revolução republicana nas províncias. Aos párocos coube um papel importante na divulgação da mensagem de luta contra a República e os seus ideais¹². A guerra passou a estar oficialmente declarada a partir da promulgação da Lei da Separação das Igrejas do Estado¹³.

2.2. De Paiva Couceiro à guerrilha e aos seus reflexos externos

Será desnecessário, aqui e agora, recordar como chegou o antigo capitão de Artilharia, Paiva Couceiro, a líder da oposição monárquica no exílio na Galiza. A história é bem conhecida. No entanto, julgamos, é conveniente perceber, ainda que de forma esquemática, o modo como se articulava a oposição monárquica à República¹⁴.

Para facilitar o entendimento, pode dizer-se que existiam dois grandes grupos de monárquicos: os que haviam escolhido o exílio para nele combaterem o novo regime

¹² Embora nem sempre de acordo com a forma como interpretamos a posição do clero em relação à República, deve ler-se Luís Salgado de Matos – *Separação do Estado e da Igreja: Concórdia e Conflito Entre a Primeira República e o Catolicismo*. Lisboa: D. Quixote, 2011, p. 39-378 e 378-449.

¹³ Sabe-se com absoluta certeza documental que muitos párocos das aldeias do Norte estavam mais do que comprometidos com os contra-revolucionários e recorda-se que o padre Nemésio Rodrigues dos Reis, do concelho de Vila Pouca de Aguiar, armazenava armamento e munições em sua casa (AHM, 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1295, n.º 5).

¹⁴ Sobre toda a temática da oposição monárquica à República, ainda que nem sempre concordante com os nossos pontos de vista, por os minorar, pode ler-se Miguel Dias Santos – *A Contra-Revolução na I República: 1910-1919*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

político português e os que optavam pela conspiração dentro de Portugal. Tanto os primeiros como os segundos dividiam-se, ainda, em dois subgrupos de natureza ideológica: os adeptos da restauração monárquica com D. Manuel II no trono e os que veriam com bons olhos um dos descendentes do banido D. Miguel sentar-se nessa cadeira vazia desde 5 de Outubro de 1910. Mas as divisões não se ficavam por este espectro já bastante complexo, porque podemos acrescentar uma outra: a dos ideólogos, que se situavam no topo do movimento contra-revolucionário e a dos militantes monárquicos de base que davam corpo à conspiração. Temos, em face do exposto, a percepção de falta de unidade de comando da contra-revolução. Polarizavam-se os chefes e as ideias. D. Manuel, no exílio, em Londres, tentava, dentro do possível, conter e normalizar a acção dos seus prosélitos, partindo de uma posição que eles mesmos, com maior ou menor descaramento, condenavam. O ponto de vista do antigo monarca ia muito no sentido de acreditar que a restauração teria de ser feita ou através de uma conquista suave e lenta do aparelho de Estado por parte dos monárquicos ou por via de um plebiscito nacional que demonstrasse com evidência retumbante que a Nação desejava de volta a Monarquia; repugnava-lhe a guerrilha da qual eram adeptos muitos dos monárquicos mais destacados que ou viviam no exílio, na Galiza, ou em Portugal.

Paiva Couceiro¹⁵, impetuoso, inconformado com o regime republicano, depois de várias atitudes que marcaram a impossibilidade de qualquer tipo de conciliação com a República e o Exército que servira, exilou-se na Galiza e ali começou a organizar um núcleo de resistência com vista a invadir Portugal pelo Norte e provocar o levantamento popular que permitisse levar à queda o novo regime, tendo como inicial finalidade fazer uma consulta popular para saber se a Nação queria a Monarquia ou a República¹⁶. Se é verdade que, do ponto de vista prático, até Janeiro 1919 se limitou a acumular insucessos, não é menos verdadeiro que, no plano do relacionamento com a Espanha, conseguiu gerar uma onda de apoios que vieram desde os círculos próximos de Afonso XIII até às autoridades locais na Galiza. Oficialmente, ao nível governamental, nunca houve um claro e inequívoco apoio ao rebelde monárquico português e ao movimento que girava em torno dele; cinicamente Madrid afirmava que repudiava a acção guerrilheira, mas, todavia, não expedia ordens concisas e determinantes para as autoridades galegas reprimirem

¹⁵ Cujo nome no exílio, para efeitos de recepção de correspondência, era J. M. J. Varela (AHM, *Ibidem*, Informação n.º 923).

¹⁶ Para compreender as acções de contra-revolução desde o início veja-se Hipólito de la Torre Gómez – *Conspiração Contra Portugal (1910-1912): As Relações Políticas Entre Portugal e Espanha*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

convenientemente o aguerrido contra-revolucionário português. A Afonso XIII até convinha que a instabilidade reinasse para lhe proporcionar o ensejo de intervir militarmente em Portugal tendo em vista uma possível e desejada anexação¹⁷.

A guerrilha em Espanha foi, desde 1910 a 1916, um excelente motivo para fazer convergir sobre Portugal as atenções das chancelarias austríacas, alemãs e britânicas¹⁸. A República temia menos o efeito dos ataques militares dos *paivistas*, pois controlava-os com notável facilidade através da rede de informadores que mantinha na Galiza (os quais faziam chegar ou ao Ministério da Guerra ou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros relatos pormenorizados das movimentações dos conspiradores) do que os olhares e os julgamentos das potências estrangeiras, nomeadamente dos britânicos, com quem tinha de contar para garantir a independência de Portugal e a sobrevivência do regime.

A declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em Março de 1916, trouxe algumas modificações ao panorama que, desde Agosto de 1914, existia em função do conflito bélico na Europa. Realmente, os republicanos puderam passar a identificar a oposição monárquica com um posicionamento germanófilo e, por outro lado, D. Manuel II, em Londres, viu-se obrigado a clarificar melhor a sua posição. Vejamos com um pouco mais de pormenor.

De acordo com o que já antes afirmámos, havia uma nutrida fatia de monárquicos que, com a guerra na Europa, passou a acreditar na vitória da Alemanha e no auxílio que esta daria à restauração da Monarquia em Portugal. Poder-se-á dizer que se tratava de germanófilos verdadeiros? Julgamos que não. Simplesmente os animava o desejo de verem reposto o anterior regime político no seu país. Mas esta facção – efectivamente bastante numerosa – cegando por via das suas genuínas intenções, não via com clareza o panorama que D. Manuel II observava¹⁹, com frieza e bastante informação, em Londres. Com efeito, o deposto monarca percebia – tão bem como os *democráticos* – que a Espanha, e particularmente o seu rei, estavam de atalaia à espera da melhor oportunidade para, servindo-se da sua grande simpatia pela causa alemã, poder arranjar o pretexto de anexação de Portugal. Esse foi o motivo que levou o prudente ex-rei a aconselhar os seus

¹⁷ Luís Alves de Fraga – *O Fim da Ambiguidade (...)*, p. 59.

¹⁸ Sebastião de Magalhães Lima – *Episódios da Minha Vida – Memórias Documentadas*. Vol. I. Lisboa: Livraria Universal, 1917, p. 310.

¹⁹ D. José Luís de Almeida Lavradio – *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*. Lisboa: Editorial Ática, 1947, p. 191 e 195

apaniguados a seguirem a política de beligerância alcançada e definida pelos partidários de Afonso Costa²⁰.

Chegados a este ponto, é tempo de tentarmos perceber as ligações que os conspiradores monárquicos – especialmente aqueles que viviam mais intensamente a contra-revolução no terreno – estabeleceram em Espanha quer com espanhóis quer com agentes e autoridades alemãs fixadas naquele Estado vizinho.

3. A conspiração monárquica em Espanha em 1917

A corrente de monárquicos exilados mais afecta ou simpatizante com a causa dos descendentes de D. Miguel há muito vinha mantendo contactos com a Áustria e colhendo simpatias e apoios daquela corte. A corrente apoiante de D. Manuel colhia simpatias da Alemanha. Todos, no fundo, acabaram por se entender em 1912, aquando da realização do pacto de Dover, o qual dava a D. Duarte Nuno de Bragança, último filho de D. Miguel II, o direito de sucessão no trono de Portugal se D. Manuel falecesse sem descendência²¹. Daí para a frente, embora os chefes monárquicos – Paiva Couceiro e Sousa Dias – actuassem em separado em determinados momentos, o planeamento da acção ficou mais entregue a Paiva Couceiro. Contudo, tratava-se de uma liderança dispersa e de difícil controlo, facto que, por si só, levava a que muitas iniciativas fossem possíveis, fugindo à observância dos mais directos responsáveis.

3.1. As autoridades espanholas

Da documentação existente no Arquivo Histórico Militar (AHM) pode concluir-se que havia conversações que eram tidas aos mais altos níveis, na Galiza ou em Madrid, e encontros de menor importância levados a efeito por simples conspiradores de escalão hierárquico mais baixo. O sonho de todos era conseguir articular a guerrilha do exílio com a revolta interna em Portugal. Para isso careciam de auxílios quer em Espanha quer no território da República. Em Espanha, como já vimos, as autoridades locais faziam vista grossa às manobras da contra-revolução monárquica, permitindo, até, a criação de campos de treino militar onde se sabia que se praticava tiro ao alvo com armas de fogo. Em Portugal o apoio passava, algumas vezes, pelo conluio com a Guarda Fiscal, que deixava transitar desertores do Exército pelos postos fronteiriços, armamento e outro tipo de

²⁰ Castelo Branco Chaves – *Teixeira Gomes Diplomata*. Lisboa: Separata da Seara Nova, 1943, p. 15.

²¹ Dover, Pacto de. In Joel Serrão (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, II vol. p. 339.

contrabando²². Passava, também, pelo recrutamento de mancebos revoltados com o regime e com o facto de terem de ser incorporados nas fileiras militares para irem combater na guerra e pela propaganda junto da população e dos quartéis, animando-os na sua revolta contra a República.

Em Portugal sabia-se das facilidades que as autoridades locais do país vizinho davam aos contra-revolucionários monárquicos graças às informações que inundavam o Serviço de Informações do Ministério da Guerra. Algumas eram de uma pormenorização só conseguida por agentes infiltrados. Foram de extrema utilidade os serviços dos republicanos galegos que, com grande simpatia, forneciam dados sobre as movimentações dos monárquicos portugueses exilados. A indiferença e a conivência das autoridades espanholas contrastava com o zelo desses defensores do ideal republicano.

Terá contribuído para esta boa relação entre os monárquicos portugueses exilados em Espanha e as autoridades regionais galegas o clima de grande instabilidade que se vivia em Portugal em consequência das carências de toda a ordem, mas, especialmente, de trigo e de alimentos. As faltas de géneros e a extraordinária inflação que se faziam sentir semana após semana acirravam as más vontades contra a participação na guerra e, como os monárquicos eram contra a beligerância, o comum dos cidadãos nacionais não vislumbrava qualquer tipo de perigo no bom entendimento entre aqueles e as autoridades espanholas. Não percebiam o tipo de risco que daí poderia advir para a independência de Portugal²³. Aliás, essa mesma incapacidade de percepção tinham-na os monárquicos exilados ou residentes no país. O seu objectivo principal, aquele que os norteava, era o derrube da República independentemente dos riscos resultantes de estranhas alianças. Aos espanhóis anexionistas – normalmente germanófilos – agradava esta falta de perspectiva dos monárquicos portugueses²⁴; contavam com a vitória da Alemanha para recuperar Gibraltar e, se possível, realizar o sonho secular de uma península unida. O que, provavelmente, as autoridades espanholas desconheciam é que havia negociações entre o ramo miguelista e os partidários de D. Jaime de Bourbon para fazerem coincidir a eclosão de revoltas em Portugal e em Espanha – lá, para fazer cair o Governo Romanones²⁵. Os realistas portugueses não olhavam a meios nem a alianças para fazerem prevalecer os seus pontos

²² AHM, 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262, n.º 1.

²³ Luís Alves de Fraga – *O Fim da Ambiguidade (...)*, p. 93.

²⁴ Sabemos que Sousa Dias, um monárquico miguelista, chegou a receber cartas de apresentação para altos dignitários espanhóis, entre eles o conde de Aguillar que o apresentou à rainha e dela recebeu a promessa de contribuir com dinheiro para a causa do descendente de D. Miguel (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 76).

²⁵ AHM, *Ibidem*.

de vista e o seu objectivo último: a restauração da Monarquia, mesmo que não fosse em benefício do rei deposto.

3.2. O “perigo” alemão

Já, por várias vezes, fizemos referência ao facto de os monárquicos portugueses exilados na Galiza, desde o ano de 1911, manterem relações com as cortes da Áustria e da Alemanha. Não nos vamos focalizar nessas, mas procurar dar destaque às que existiram depois da declaração de guerra de Berlim a Lisboa, por estarem, quanto a nós, no âmbito de uma dupla conspiração: contra a República e contra Portugal.

Sabe-se que os primeiros contactos que os realistas estabeleceram com autoridades alemãs foram levados a cabo através do antigo cônsul germânico na cidade do Porto, refugiado, ele também, na Galiza²⁶. Não era desconhecida de Lisboa e do Ministério da Guerra a informação de que os Alemães e os Austríacos estariam dispostos a financiar e a armar a revolta realista em Portugal, desde que esta se sujeitasse a ser comandada por um oficial germânico, ficando os militares portugueses sob as suas ordens²⁷. Curiosamente, Sousa Dias, como já vimos, miguelista, recusava liminarmente esta proposta por a achar desonrosa (estranha noção de honra, quando Portugal tinha por inimigo, no campo de batalha, a Alemanha!). D. Miguel (II) terá pedido a Sousa Dias mais este sacrifício a bem da causa monárquica²⁸.

Tem-se conhecimento de que, no dia 20 de Junho de 1917, houve, de certeza, na Galiza, uma reunião na qual estiveram presentes Paiva Couceiro, Jorge Camacho, Pimenta de Castro e o cónego Correia da Silva, pelo lado dos monárquicos portugueses e, pelo lado germânico, cinco alemães e um enviado do embaixador da Alemanha em Madrid. Tratou-se, mais uma vez, da revolta em Portugal, do seu financiamento e da articulação do apoio militar por parte de um oficial germânico²⁹. Foi-se ao ponto de discutir a possibilidade de gerar uma guerra civil em Portugal. Sousa Dias recusou liminarmente esta proposta, mas Paiva Couceiro não a eliminou com a mesma determinação do apaniguado miguelista.

Em Março anterior, tinha havido uma reunião, em Tui, entre o padre Sá Pereira, do Porto, Augusto de Carvalho, de Valença, Jorge Camacho e os alemães Hofler e Karl Gilbert, antigo cônsul na cidade do Porto. Os alemães entregaram avultada quantia de

²⁶ Luís Alves de Fraga – *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra (1918-1919)*, p. 199.

²⁷ AHM, 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 76.

²⁸ AHM, 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262, n.º 1.

²⁹ AHM, *Ibidem*.

dinheiro para ser entregue ao conde de Azevedo e D. Rui da Câmara³⁰. Daqui pode inferir-se o tipo de relação que autoridades alemãs ou seus representantes tinham com os monárquicos conspiradores.

No mês de Abril do mesmo ano de 1917, o adido militar português em Madrid dava notícias para Lisboa de que havia a clara intenção de a Alemanha estar em perfeita sintonia com o movimento monárquico português, sendo chefe do comité germânico o adido naval na capital espanhola, Hans von Krohn (ou Krehn), casado com uma filha do sócio de Alfredo da Silva, o industrial Weinstein, e um outro de nome von Kess (ou Koss). Ambos se deslocavam, com bastante frequência, até à fronteira para conferenciarem com agentes alemães³¹.

Já em Outubro de 1916 havia notícias em Lisboa da existência de movimentações esquisitas entre duas raparigas de nacionalidade alemã, supostamente professoras, a viver em Salamanca, e que se encontravam regularmente com um alemão e um português com quem trocavam informações, correspondência e consultavam mapas da raia portuguesa³².

Que existiam relações de alemães com portugueses não restam dúvidas, quando se consulta a documentação do Arquivo Histórico Militar, e que eram diversos os agentes germânicos implicados nessas manobras também não podemos duvidar. Com efeito, havia um tal Harlesak que se deslocava a Ciudad Rodrigo, no comboio de Astorga, vindo da fronteira francesa, para entregar a José Saldanha correspondência que este, por seu turno, entregava ao maquinista que conduzia a composição até Vilar Formoso e Lisboa, para ser, depois, recebida por conhecidos monárquicos da capital³³.

Aquando da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, enquanto não foi possível internar de imediato todos os cidadãos germânicos em campos de concentração, houve bastantes que, de imediato, se passaram para Espanha e estabeleceram boas relações de correspondência postal com cidadãos portugueses que mantiveram em funcionamento os negócios germânicos sob a capa de actividades nacionais. Chegou a haver contrabando de pedras preciosas entre Portugal e Espanha. Desconhece-se se o lucro de tais

³⁰ AHM, *Ibidem*.

³¹ AHM, *Ibidem*. Deve notar-se que o industrial Alfredo da Silva para além de manter boas relações com cidadãos alemães tinha como sócio Martin Weinstein o qual, por seu turno era, também sócio de Constant Burnay (vd. *Anuário Comercial de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1914). Assim, pode concluir-se que havia capital português que se cruzava com capital germânico e que a guerra veio prejudicar o bom andamento dos negócios de certos financeiros ou capitalistas nacionais. Daí a sua fácil adesão a todos os movimentos monárquicos ou republicanos que tivessem como finalidade permitir a normalidade possível das relações luso-alemãs.

³² AHM, *Ibidem*.

³³ Luís Alves de Fraga – *Do Intervencionismo ao Sidonismo (...)*, p. 212.

manigâncias comerciais se destinava a favorecer a conspiração monárquica ou qualquer outra que destabilizasse a situação interna portuguesa³⁴.

De tudo quanto deixamos dito, ressaltam bem evidente, julgamos, as ligações que existiram entre os monárquicos portugueses, as autoridades espanholas – fossem nacionais ou regionais – e cidadãos alemães – fossem meros civis ou militares. A contra-revolução monárquica contou, nos anos de 1916 e 1917, com bons apoios e, possivelmente, com financiamentos estrangeiros para levar a cabo a tão desejada restauração da Monarquia. Os desentendimentos entre as facções realistas não terão facilitado a unidade de comando que, tendo existido, teria representado um maior e mais pesado perigo para a manutenção do jovem regime republicano em Portugal.

Resta-nos, agora, tentar perceber como, no final do ano de 1917, não tendo saído vitoriosa a revolta monárquica, saiu vitoriosa a revolta conduzida por Sidónio Pais, a qual, em boa verdade se pode constituir na síntese do conflito que se gerou contra o *partido democrático*, aquele que, afinal, melhor representava o interesse nacional³⁵ na conjuntura de guerra que se iniciou em 1914.

4. A síntese republicana: Sidónio Pais

Já antes nos referimos, embora vagamente, às profundas alterações da ordem interna em Portugal em 1917. Com efeito, esse foi o ano, quase se poderia dizer, da instabilidade geral na Europa e tal facto deve-se, acima de tudo, à duração da guerra e às rupturas comerciais que se estavam a verificar em consequência do bloqueio naval feito pela Grã-Bretanha e à resposta que a Alemanha dava através da guerra submarina³⁶. A fome e a falta de géneros de toda a natureza começaram a afectar, de maneira bastante grave, as populações. Era a manifestação mais evidente daquilo que, anos mais tarde, o general alemão Lunderdorff veio a denominar por *guerra total*³⁷.

Nos meios rurais portugueses a manifestação mais comum do desregramento dos circuitos comerciais traduziu-se ora no açambarcamento dos géneros agrícolas produzidos, ora na manifesta vontade de não os deixar transitar para regiões onde eles faziam falta. Nas

³⁴ AHM, 1.^a Div. 35.^a Sec. Cx. 1264, n.º 6.

³⁵ E temos de deixar uma, ainda que breve, referência ao que se deve entender como *interesse nacional*, pois é um conceito que a Estratégia empresta à História para a clarificar. Assim, tomando como ponto de partida o pensamento do general António Barrento (*Da Estratégia* – Parede: Tribuna da História, 2010, p. 181) o interesse nacional é o conjunto de factores de vária natureza que, se ferido, prejudica ou reduz a capacidade de sobrevivência livre e soberana da Nação.

³⁶ Vd. Martin Gilbert – *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p. 456-459.

³⁷ Général Ludendorff – *La Guerre Totale*. (s. l.): Ernest Flammarion, Éditor, 1936.

maiores cidades, nomeadamente Porto e Lisboa, as populações mais carecidas optaram por, de forma tida como espontânea³⁸, assaltar os estabelecimentos e armazéns de géneros, dando origem a grandes manifestações de desordem que levaram à intervenção das forças policiais e militares³⁹. Mas tudo isto tinha uma outra origem: a enorme carestia de vida resultante do disparo incontrolado da inflação; os salários pagos não acompanhavam o ritmo do aumento dos preços. Desde o final de 1915 que foram ensaiadas soluções através de diversos diplomas que, genericamente, assumiram a designação de *Lei das Subsistências*, as quais mais não eram do que formas de tabelamento dos géneros alimentares.

A par deste tipo de descontentamento outras formas de manifestação se desenvolveram, em especial, em Lisboa: as greves, os comícios e as falhadas intencionais contra-revolucionárias monárquicas. Vivia-se um clima de constante instabilidade, porque todas as oposições políticas não perdiam a oportunidade de gerar a instabilidade e o mal-estar social. As culpas, invariavelmente, eram atribuídas ao Governo – de *União Sagrada* (composto pela aliança entre evolucionistas e *democráticos*) e, depois, constituído só por elementos afectos ao *partido democrático* – e à participação na guerra. A propaganda política atingiu o seu auge no final do Verão, cruzando-se os diferentes apelos, oriundos dos mais díspares sectores da opinião pública: tanto era a União Operária Nacional, que reclamava contra a carestia da vida, como eram os monárquicos, que faziam circular o famoso *Rol de Desonra*, o qual inquinava a burguesia contra o Governo Afonso Costa⁴⁰, ou Brito Camacho, que altercava contra os rigores da censura da imprensa e contra aquilo que considerava a tirania *democrática*.

Sidónio Pais, major de Artilharia desligado do serviço activo, antigo professor de Matemática, doutorado pela universidade de Coimbra, ministro plenipotenciário de Portugal em Berlim até à declaração de guerra, simpatizante das ideias políticas dos unionistas plasmadas no jornal diário *A Luta* – único que lhe era consentido ler durante a guerra, nos anos que esteve em Berlim⁴¹ – depois de ter gozado uma longa estadia de férias em França, deu início a uma conspiração que, segundo parece, pretendia acabar num golpe

³⁸ Contudo, como julgamos ter demonstrado em *O Fim da Ambiguidade (...)*, p. 282-289, ter-se-ão verificado fenómenos de “contágio” nas províncias, e manifestações instigadas pelos sindicatos de trabalhadores, nas cidades de Lisboa e Porto.

³⁹ Cf. Luís Alves de Fraga, *Do Intervencionismo ao Sidonismo (...)*, p. 245-257.

⁴⁰ Idem, *Op. cit.* p. 221-236.

⁴¹ João Chagas – *Diário de João Chagas 1915 1916 1917*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1929, p. 222-224.

militar para afastar o Governo e “reequilibrar” uma situação que não tinha equilíbrio possível, dado depender essencialmente de factores exteriores.

De imediato recebeu os apoios de Brito Camacho e dos seus companheiros políticos. A redacção do jornal unionista passou a ser o quartel-general da revolta. Ao Governo não foram estranhas as manobras do antigo diplomata na capital da Alemanha, mas, por opção consciente, deixou-se que a revolução se completasse nos seus preparativos, permitindo a sua saída para a rua, com a finalidade de a jugular nos primeiros momentos. Contava o Governo com a lealdade da população de Lisboa e com o activismo dos velhos carbonários do 5 de Outubro. Foi um cálculo que saiu falhado, por não ter levado em linha de conta a degradação do nível de vida e os sacrifícios que se estavam a exigir às classes menos favorecidas.

Sidónio Pais começou a conspirar e foi buscar apoios junto dos unionistas, em primeiro lugar, como seria natural⁴². Depois, dentro do que documentalmente se sabe, estendeu a sua rede de modo a atrair outros descontentes. Vejamos quais e como.

4.1. Os monárquicos estavam na revolução?

Pouco se conhece da preparação do golpe que Sidónio Pais levou a efeito no dia 5 de Dezembro de 1917, contudo, é possível lançar hipóteses que completam lacunas documentais e parecem ter fundamento pelos indícios existentes. De facto, como já vimos, a revolta monárquica fervilhava dentro e fora de Portugal no ano de 1917, mas, especialmente, na segunda metade do ano. Sabemos que os monárquicos estavam dispostos a aliarem-se a todos os sectores indispostos com o Governo e a guerra, incluindo elementos sindicais. Sabemos que os unionistas também não faziam questão de alianças para derrubarem o que designavam por demagogia no Poder. Assim, pode concluir-se que, de forma directa ou indirecta, os monárquicos, pelo menos os residentes em Portugal, terão tido possibilidades de alinharem ao lado de Sidónio Pais no golpe que este desfechou sobre o Governo Afonso Costa⁴³. E o nosso ponto de vista encontra fundamento no facto de o antigo ministro em Berlim se ter associado a Machado Santos que, um ano antes, havia intentado um outro golpe contra o Governo de *União Sagrada* com a manifesta intenção de evitar o embarque de tropas para França, socorrendo-se de todos os sectores – monárquicos e republicanos – que afinassem pelo diapasão da fuga à guerra. Acresce que, no seio dos

⁴² Sobre esta fase da conspiração e sobre a postura de Brito Camacho e dos unionistas veja-se, da nossa autoria, *Do Intervencionismo ao Sidonismo (...)*, p. 448-449

⁴³ Vd. Luís Alves de Fraga – *Op. cit.* p. 451.

apoiantes de Sidónio Pais, se vieram a manifestar figuras que não escondiam o seu pendor monárquico, nomeadamente entre os militares, desde os mais jovens até aos mais idosos e com responsabilidades mais destacadas. O antigo ministro plenipotenciário constituía para os monárquicos a oportunidade que, em 1915, Pimenta de Castro havia representado: infiltração de membros realistas no aparelho do Estado de forma a corroê-lo pelo lado de dentro, gerando a oportunidade de uma restauração que tanto se desejava.

Dos monárquicos exilados em Espanha teria havido algum apoio a Sidónio Pais? Esse é um aspecto que está, mais ainda, rodeado de uma nebulosa. Documentalmente é difícil estabelecer qualquer relação, à luz do que se conhece até ao momento. Nem mesmo temos qualquer indício que entre os monárquicos exilados houvesse conhecimento da intenção do antigo diplomata em Berlim, contudo, não nos custa aceitar, como hipótese a demonstrar, que algum dos ramos realistas tivesse conotações com monárquicos residentes em Portugal conluiados com Sidónio. A falta de dinheiro para a efectivação do golpe que, ao que se sabe, foi subsidiado por um latifundiário alentejano, pode ter posto o chefe da revolução em contacto com monárquicos dispostos a fazer chegar fundos financeiros para verem afastados do Governo os *democráticos*. Esta poderá ter sido uma das vias de penetração dos realistas exilados em Espanha na conjura e, se o foi, por arrastamento terá trazido para ela o financiamento alemão, já que era germânica a origem dos dinheiros que os apoiavam. Esta hipótese não nos repugna se olharmos para um pequeno indício que, normalmente, não tem explicação e se não explica por si próprio: a tomada de posição de Brito Camacho nas vésperas da eclosão da revolta sidonista. Na verdade, o chefe unionista, a poucas horas da saída para a rua das forças militares revoltosas fez questão de publicamente se desligar do golpe. Porquê? Não há uma explicação plausível que encaixe no seu comportamento anterior. Não havendo, teremos de procurar em áreas mais obscuras que provocassem em Brito Camacho a recusa em compactuar com elas, porque, sendo republicano conservador era, também, oficial médico do Exército e, por conseguinte, com valores não compagináveis com traições de lesa pátria. Só o conhecimento de um passo menos certo de Sidónio levaria Camacho a descolar-se da revolta e esse poderia ter sido o de saber que andava dinheiro germânico na preparação da revolução, já que quaisquer combinações com monárquicos o não deveriam assustar, como o não assustaram aquando do Governo Pimenta de Castro⁴⁴.

⁴⁴ Idem, *Op. cit.* p. 449.

Outros apoios terá recebido Sidónio Pais, mas esses exigem um tratamento um pouco mais detalhado.

4.1. O apoio militar britânico

Foi em Agosto de 1916 que chegou a Lisboa uma missão militar britânica para auxiliar e – porque não dizê-lo? – controlar a mobilização e instrução das tropas portuguesas que, em breve, iriam colaborar com os Ingleses, em França⁴⁵. Chefiava a missão o major-general Nathaniel Walter Barnardiston, homem que havia feito parte da sua carreira militar ligado aos serviços de *Intelligence*⁴⁶.

Pelo que apurámos, este oficial general estava em boas relações com o Alto Comando Britânico em França, ou seja, com *Sir Douglas Haig*. Este, por seu turno, como seria evidente, tinha um considerável peso no *War Office*, onde a sua opinião sobre a condução da guerra no teatro europeu era escutada e seguida.

O general Barnardiston trazia uma missão muito bem definida pelo o *War Office* relativamente ao que deveria ser a ajuda militar portuguesa em França: minimizar, o mais que fosse praticável, o empenhamento dos Portugueses na guerra⁴⁷; torná-lo nulo, se possível, ou transformá-lo em mera função auxiliar. Como tal não foi exequível, dada a tenacidade do ministro da Guerra português, que chegou a deslocar-se a Londres para pôr fim às intenções inglesas, já em 8 de Setembro de 1917, agora por sugestão de Douglas Haig, foi proposta pelo *War Office*, em carta particular a Norton de Matos, a alteração da organização do Corpo de Exército Português por causa do «severo abalo que produzirá na saúde das tropas que não estão acostumadas a um Inverno do Norte»⁴⁸. A recusa foi formal, tanto mais que, para além da alteração orgânica, *Lord Derby* sugeria a possibilidade de que o comando das tropas, ou, no mínimo, a inspecção executiva, passasse a pertencer a oficiais britânicos, à semelhança do ocorrido aquando da Guerra Peninsular. Estamos, assim, face a um facto indesmentível: Douglas Haig estava perfeitamente informado não só do que se passava no sector português em França, o que era natural, mas, também, do que se passava em Portugal, especialmente do valor e vontade dos oficiais

⁴⁵ Damião Peres – *Op. cit.* p. 153.

⁴⁶ Luís Alves de Fraga – *Do Intervencionismo ao Sidonismo (...)*. p. 516-523.

⁴⁷ Jean Derou – *Les Relations Franco-Portugaises (1910-1926)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1986, p. 107-114.

⁴⁸ Ministério dos Negócios Estrangeiros – *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As Negociações Diplomáticas e a Acção Militar na Europa e em África*, tomo II. Lisboa: 1995. p. 197.

portugueses de participarem na guerra. Essa informação chegava-lhe através de Barnardiston, o leal informador britânico sobre o estado de espírito do Exército português.

Ora, Nathaniel Barnardiston foi a primeira autoridade estrangeira a cumprimentar Sidónio Pais logo a seguir ao golpe de 5 de Dezembro de 1917, ainda o chefe revolucionário se encontrava no acampamento do Parque Eduardo VII. É pouco provável que o tenha feito por iniciativa própria, comprometendo o Governo britânico. Em Maio de 1918, em carta escrita ao presidente da República de França, Clémenceau, o antigo Presidente Bernardino Machado diz que Barnardiston acompanhava Sidónio Pais desde a sua *nascença*, parecendo seu padrinho⁴⁹. Foi assim que o chefe da missão militar britânica conseguiu, logo a 18 de Janeiro – talvez mesmo antes desse dia – que Sidónio Pais desse a sua anuência à alteração da organização do Corpo Expedicionário Português em França, que havia sido liminarmente recusada por Norton de Matos⁵⁰.

São excessivas as coincidências para nos afastarmos da convicção de um apoio discreto do sector militar britânico ao golpe de Sidónio Pais. Talvez tenha bastado, ao pretensão *salvador* da Pátria e da República, a certeza de que Londres não intervinha em defesa do partido da guerra em Portugal, deixando-lhe as mãos livres para agir como melhor lhe aprouvesse. Sem, mesmo assim, parecer grande o apoio britânico, ele era indispensável, atendendo ao estado de beligerância de Portugal. O Presidente da República, Bernardino Machado, foi brutalmente afastado do seu cargo, tendo de partir para o exílio, e o Presidente do Conselho de Ministros, Afonso Costa, foi preso em cárcere militar. As perseguições contra os *democráticos* tomaram proporções imensas, levando muitas das figuras de destaque a refugiarem-se no estrangeiro. O Governo de Londres, sempre tão solícito a intervir para travar os excessos, desta vez aceitou a situação como boa. Estranha postura a da Inglaterra!

As dúvidas conclusivas

Ao iniciarmos este trabalho, propusemo-nos descrever parte da teia conspiratória monárquica, tecida nos anos de 1916 e 1917, bem como os apoios político-diplomáticos concedidos pela Espanha e Alemanha aos adeptos da Monarquia, ao mesmo tempo que se analisava a influência britânica sobre Sidónio Pais. Para cumprirmos o nosso objectivo começámos por, ainda que sumariamente, enquadrar a situação nacional, no plano externo e interno, face à beligerância que se veio a definir depois de um período de ambiguidade

⁴⁹ Bernardino Machado – *No Exílio*. Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1923, p. 116.

⁵⁰ Luís Alves de Fraga – *Op. cit.* p. 491-499.

internacional. Para conseguirmos realizar o nosso intento tivemos de realçar as circunstâncias que ditaram o pedido britânico, que colocava Portugal como não neutral e como não beligerante, feito logo no começo da guerra, e estudar as posições adoptadas nos meios políticos nacionais face a essa estranha situação. Ficámos com uma visão que nos permitiu partir para a identificação do confronto entre republicanos e monárquicos no período entre 1916 e 1917. Mas esse confronto só é completamente compreendido se se estipular o marco a partir do qual foi possível mobilizar as opiniões internas e fazê-las passar pelo crivo da clivagem que separou a opinião pública nacional: a Lei da separação das Igrejas do Estado. Foi isso que fizemos. Depois, e como consequência do anterior, sumariámos as diferentes correntes de oposição monárquica e a sua acção contra-revolucionária levada a cabo, especialmente, por Paiva Couceiro, procurando perceber o grau de projecção desta no estrangeiro. Em seguida, conhecedores das estruturas da teia contra-revolucionária e do seu comportamento face à entrada de Portugal na Grande Guerra, fomos dedicar a nossa atenção à conspiração monárquica em Espanha, no ano de 1917. Para isso, desdobrámos a análise em dois pontos: o comportamento das autoridades espanholas e a relevância do apoio germânico à contra-revolução monárquica. Ficámos a perceber como se articularam os dois esteios externos que ajudaram à desestabilização interna, já de si precária, de Portugal. Em seguida, e como corolário de toda a instabilidade acumulada em resultado dos efeitos da guerra nas sociedades civis, procurámos identificar o acontecimento que se veio a tornar na síntese da contra-revolução associada à desmoralização dos Portugueses no final do ano de 1917 e que foi protagonizada no golpe de Sidónio Pais.

De todo estudo e do relato dos factos sobressaem dúvidas que nos parecem legítimas e que se podem colocar sob a forma de perguntas. Dúvidas e perguntas cujas respostas são, ao mesmo tempo, conclusões – pelo menos, provisórias – desta reflexão sobre a conspiração monárquica, desenvolvida durante os anos de 1916 e 1917, contra a República portuguesa. Enquanto conclusões, as dúvidas ressaltam do que deixámos dito nas páginas anteriores.

Posteriores investigações, apoiadas em nova documentação que diferentes arquivos, nacionais ou estrangeiros, possa oferecer, conduzirão ao reforço das nossas conclusões ou, pelo contrário, provarão o nosso engano. Mas a História é uma teia que se vai tecendo conforme novos factos surgem e novas perspectivas são equacionadas pelos investigadores. Essa constante mutação das interpretações dos factos é, em nosso entender, a vertente mais aliciante da História.

Formulemos, então as nossas questões e as respostas que relevam do que deixámos dito atrás.

Objectivamente, a Espanha apoiava os monárquicos portugueses exilados no seu território? Julgamos não poderem restar, por enquanto, dúvidas a esse respeito. O apoio foi dado de duas maneiras: ao mais alto nível do aparelho do Estado, umas vezes por frouxidão, outras por verdadeira cooperação e, ao nível regional, sempre com espírito cooperante. Assim, a Espanha actuou, desde Outubro de 1910 até ao final de 1917 (período em análise), contra a República portuguesa, esperando, talvez, Afonso XIII a sua oportunidade de anexar Portugal para gerar a união ibérica tão sonhada por tanta gente ao longo de tantos séculos.

Objectivamente, a Alemanha apoiava os monárquicos portugueses na luta contra a República? Da documentação compulsada, concluimos que alguns monárquicos portugueses terão recebido dinheiro de alemães, podendo ter origem em particulares ou em entidades ligadas ao Estado. Ainda faltam provas mais concludentes que demonstrem inequivocamente que o Governo alemão esteve envolvido com a conspiração contra-revolucionária monárquica.

Objectivamente, Sidónio Pais, aquando da preparação do golpe militar que o levou às cadeiras do Poder, em Dezembro de 1917, recebeu apoios dos monárquicos portugueses? Em nossa opinião, e de acordo com os indícios que existem, recebeu apoio individual de vários monárquicos portugueses, desconhecendo-se se terá mantido conversações com os chefes monárquicos que comandavam a contra-revolução no exílio espanhol ou mesmo em Portugal.

Objectivamente, houve apoio do sector militar britânico, através de colaboração directa ou por simples omissão, na revolta de Sidónio Pais? Pelo que nos foi possível averiguar, podemos concluir que, pelo menos, por neutralidade activa perante o golpe, o chefe da missão militar britânica em Lisboa deu o seu aval à atitude revolucionária de Sidónio Pais, não nos custando admitir que tanto o *War Office* como o Alto Comando Britânico em França estavam a par da intentona que iria ter lugar na capital portuguesa no início de Dezembro de 1917 e não a evitaram, criando margem de manobra para posteriores exigências político-militares que vieram a efectivar um menor empenho operacional das tropas nacionais no esforço de guerra nas trincheiras da Flandres, concretizando um desejo britânico que vinha do tempo dos intervencionistas portugueses no Governo.

Para a posteridade deixamos as nossas conclusões. Conclusões que, como antes afirmámos, esperam por uma investigação mais vasta e mais profunda, particularmente nos arquivos estrangeiros, para poderem ser confirmadas ou infirmadas, no todo ou na parte, porque a História faz-se lentamente e aos poucos com o esforço de muitos.

Bibliografia

Fontes e memórias:

ALMADA, José de – *Convenções Anglo-Alemãs Relativas às Colónias Portuguesas*.

Lisboa: Edições do Estado-Maior do Exército, 1946.

Anuário Comercial de Portugal, vol. I, Lisboa, 1914.

ARQUIVO Histórico Militar, 1.^a Div. 35.^a Sec. Cx. 76.

ARQUIVO Histórico Militar, 1.^a Div. 35.^a Sec. Cx. 1262, n.º 1.

ARQUIVO Histórico Militar, 1.^a Div. 35.^a Sec. Cx. 1264, n.º 6.

ARQUIVO Histórico Militar, 1.^a Div. 35.^a Sec. Cx. 1295, n.º 5.

CHAGAS, João – *Diário de João Chagas 1915 1916 1917*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1929.

COSTA, Afonso – *Discurso Proferido Pelo Notável Estadista Dr. Afonso Costa Por Ocasião da Sua Jornada a Santarém, no Dia 3 de Novembro de 1912*. Aveiro: Tipografia Silva, 1912.

LAVRADIO, D. José Luís de Almeida – *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*. Lisboa: Editorial Ática, 1947.

LIMA, Sebastião de Magalhães – *Episódios da Minha Vida – Memórias Documentadas*. Vol. I. Lisboa: Livraria Universal, 1917.

MINISTÉRIO dos Negócios Estrangeiros – *Documentos Apresentados ao Congresso da República em 1920 Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros – Portugal no Conflito Europeu – 1.^a Parte – Negociações Até à Declaração de Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920.

MINISTÉRIO, dos Negócios Estrangeiros – *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As Negociações Diplomáticas e a Acção Militar na Europa e em África*, tomo II. Lisboa: 1995.

Monografias e ensaios:

BARRENTO, António – *Da Estratégia* – Parede: Tribuna da História, 2010.

- CHAVES, Castelo Branco – *Teixeira Gomes Diplomata*. Lisboa: Separata da Seara Nova, 1943.
- DEROU, Jean – *Les Relations Franco-Portugaises (1910-1926)*. Paris: Publications de la Sorbone, 1986.
- FRAGA, Luís Alves de – *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra (1918-1919)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- FRAGA, Luís Alves de – *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*. Lisboa: Universitária Editora, 2001.
- FRAGA, Luís Alves de – *Portugal na Grande Guerra – Uma Mudança Estratégica?* Coimbra: Separata da Revista de História das Ideias, Vol. 27, Faculdade de Letras, 2006.
- GILBERT, Martin – *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- LUDENDORFF, Général – *La Guerre Totale*. (s. l.): Ernest Flammarion, Éditor, 1936.
- MACHADO, Bernardino – *No Exílio*. Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1923.
- MAGALHÃES, José Calvet de – *Breve História Diplomática de Portugal*. 2.^a ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990.
- MATOS, Luís Salgado de – *Separação do Estado e da Igreja: Concórdia e Conflito Entre a Primeira República e o Catolicismo*. Lisboa: D. Quixote, 2011.
- PERES, Damião – *História de Portugal*, supl. Porto: Portucalense Editora, 1954.
- SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-Revolução na I República: 1910-1919*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, II vol.
- TORRE-GÓMEZ, Hipólito de la – *Conspiração Contra Portugal (1910-1912): As Relações Políticas Entre Portugal e Espanha*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- VENNER, Dominique – *O Século de 1914: Utopias, Guerras e Revoluções na Europa do Século XX*. Porto: Civilização Editora, 2009.
- VINCENTE-SMITH, John – *As Relações Políticas Luso-Britânicas: 1910-1916*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.